



MOÇÃO

Sazonalidade, Coesão Territorial e Futuro das Freguesias

Preâmbulo

As freguesias são o nível da administração pública mais próximo das pessoas, assumindo, na prática, um papel central na coesão social, na resposta a situações de emergência, na manutenção do espaço público e na dinamização das comunidades locais.

Nas últimas décadas, a realidade territorial do país alterou-se profundamente, sendo hoje marcada por fenómenos de sazonalidade demográfica, mobilidade intensa e utilização desigual do território ao longo do ano. Estas dinâmicas colocam desafios acrescidos às freguesias, que passaram a gerir realidades populacionais profundamente variáveis, sem que os modelos de financiamento e de organização do poder local tenham acompanhado essa transformação.

Em regiões como o Algarve, com cerca de 470 mil residentes permanentes, a população presente duplica de forma consistente nos meses de verão, podendo aproximar-se de 1 milhão de pessoas nos períodos de pico, entre residentes, turistas e população flutuante associada. Esta variação traduz-se numa pressão excepcional sobre o espaço público, os serviços urbanos, as infraestruturas e as respostas sociais, durante vários meses consecutivos.

A produção de resíduos urbanos regista aumentos superiores a 30% nos períodos de maior afluência, a utilização das infraestruturas públicas intensifica-se e a procura por respostas sociais, logísticas e de manutenção urbana cresce de forma significativa, sem que exista um ajustamento proporcional dos recursos financeiros e humanos atribuídos às freguesias.

A sazonalidade não se manifesta apenas por excesso de população. Em vastos territórios do interior, assume a forma inversa: perda contínua de habitantes, envelhecimento, isolamento e dispersão territorial, mantendo-se, ainda assim, custos fixos elevados para assegurar serviços básicos de proximidade. Em ambos os casos, verifica-se um desajuste estrutural entre responsabilidades e recursos.

A sazonalidade deixou, assim, de ser um fenómeno conjuntural e passou a constituir um fator estrutural de desigualdade territorial, exigindo uma abordagem nacional assente em dados, planeamento e justiça territorial.

Considerandos

1. Que as freguesias asseguram serviços públicos essenciais de proximidade ao longo de todo o ano, independentemente das variações significativas da população presente;
2. Que a sazonalidade demográfica, por excesso ou por escassez de população, gera custos acrescidos e desafios estruturais à gestão das freguesias;
3. Que os atuais modelos de financiamento e de delegação de competências não refletem a intensidade real de utilização do território nem as diferentes realidades territoriais;
4. Que regiões com forte pressão sazonal, como o Algarve, e territórios do interior afetados pelo despovoamento enfrentam problemas distintos, mas igualmente penalizadores para as freguesias;
5. Que se impõe a adoção de critérios baseados em dados objetivos, garantindo maior justiça territorial e previsibilidade financeira.

A ANAFRE, reunida em Congresso Nacional, delibera recomendar:

1. O Ajuste do modelo de financiamento das freguesias (FFF) ajustado à sazonalidade demográfica, assente na população presente, na intensidade de utilização do espaço público e nos custos operacionais acrescidos em períodos de pico.
2. A integração da sazonalidade como eixo estratégico nacional do poder local, promovendo políticas de fixação de população, diversificação económica e redução das assimetrias entre épocas do ano e entre litoral e interior.
3. A revisão e harmonização dos modelos de contratos de delegação de competências, assegurando a correspondência efetiva entre responsabilidades e recursos e a adaptação dos modelos às diferentes realidades territoriais.
4. O reconhecimento formal das freguesias como primeiro nível de resposta social e urbana em contextos de elevada pressão ou fragilidade demográfica, nomeadamente na gestão do espaço público e no apoio de proximidade.
5. O reforço do papel da ANAFRE na produção e utilização de dados territoriais, como base técnica para a negociação com o Governo e para a construção de políticas públicas mais justas.

Conclusão

O futuro do poder local passa, inevitavelmente, pelo reforço das freguesias enquanto estruturas democráticas de proximidade, com meios adequados às responsabilidades que já exercem. Esta moção afirma uma visão clara: mais competências exigem mais recursos, mais autonomia e mais respeito institucional.